



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

Pelo presente instrumento, de um lado **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU**, com sede à Rua Boa Vista, nº 170, São Paulo, - SP, inscrita no CNPJ sob número 47.865.597/0001-09, e de outro lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINCOHAB**, registro sindical, processo nº 24000.004672/91, com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Sete de Abril, 277, 9º andar, Conj. “D”, Centro - São Paulo – SP. CEP 01043-000; inscrito no CNPJ/MF sob nº 66.661.372/0001-77 e Código de Entidade Sindical, nº 00413404164-2, **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEESP** – com sede à Rua Genebra, nº 25, São Paulo-SP- CEP: 01316-901, inscrito no CNPJ sob número 62.637.1370001-09 e o **SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SASP** – com sede à Rua Mauá, nº 836 – casa 14, São Paulo – SP – CEP: 01028-000; inscrito no CNPJ/MF sob o nº 43.143.007/0001-75, por seus representantes abaixo, assinados, estabelecem o presente Acordo Coletivo de Trabalho, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Ubirajara



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

1. CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1.º de maio de 2011, os salários dos empregados, abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, serão reajustados pelo índice acumulado do IPC-FIPE – 6,39% (seis inteiros e trinta e nove centésimos por cento), do período de Maio/10 a Abril/11, incidentes sobre os salários praticados em abril de 2011.

2. RECONHECIMENTO DA DATA BASE

As partes reconhecem, como sendo 1º de maio, a data base dos empregados da CDHU.

3. AUMENTO REAL

A CDHU concederá a todos os seus empregados, aumento real de 1,51% (um inteiro e cinquenta e um décimos por cento), extensivo aos benefícios.

4. PISO SALARIAL DA CATEGORIA

Os pisos salariais deverão ser reajustados pelo mesmo índice constante da cláusula 1ª, e, caso sejam inferiores aqueles previstos em lei, deverá ser obedecida à estipulação constante de lei específica. O Piso será de R\$ 1.064,74.

5. DEMISSÃO ANTES DA DATA BASE

Nas demissões ocorridas 30 (trinta) dias antes da data – base será acrescida uma multa de 1 (um) salário nominal, conforme Art. 9º da Lei No. 7238/84, incluso o período do aviso prévio.

6. ADMISSÃO APÓS A DATA-BASE

Paga-se o salário correspondente ao cargo ocupado vigente na data de admissão.

7. VALE REFEIÇÃO

Serão concedidos 30 (trinta) créditos de R\$ 17,63 (dezessete reais e sessenta e três centavos) por mês, sendo este benefício estendido ao período de férias e licença gestante, a partir de 01.05.2011, conforme tabela de participação anexa. Parágrafo 1º - No caso de Auxílio-Doença e Acidente do Trabalho, este benefício será estendido enquanto durar o complemento do Auxílio-Previdenciário (até 180 dias).

Abílio

8. VALE ALIMENTAÇÃO

A CDHU fornecerá a seus empregados em plena atividade e também à empregada em Licença Maternidade, Vale-alimentação no valor de R\$132,04 (Centro e trinta dois reais e quatro centavos), cuja carga no cartão será de responsabilidade da Companhia

Parágrafo 1º - Os empregados assumirão parte do valor do benefício mencionado no "caput", de acordo com a tabela que integra o presente Acordo Coletivo de Trabalho, a qual a CDHU aplicará de imediato.

Parágrafo 2º - Após o período estipulado na letra "b", da Cláusula "Complementação de Auxílio Previdenciário", será fornecido o vale-alimentação por mês, com participação do empregado sempre na primeira faixa da tabela.

9. HORAS EXTRAS

As partes estabelecem os seguintes adicionais de horas extras:

A – 70% (setenta por cento) para as horas extras trabalhadas de segunda-feira a sábado e

B – 100% (cem por cento) para as horas extras trabalhadas domingos e feriados.

Parágrafo 1º - Entende-se por "hora extra" o período de trabalho superior à jornada de trabalho contratada.

Parágrafo 2º - Os adicionais serão calculados com base no valor do salário nominal do empregado.

Parágrafo 3º - Entre 02 (duas) jornadas de trabalho, será observado intervalo mínimo de 11 (onze) horas, sem qualquer ônus para o empregado.

10. PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAS

As horas extras realizadas entre o dia 11 (onze) do mês antecedente (dia do fechamento da folha) e o dia 10 (dez) do mês de competência, serão pagas conjuntamente com o salário correspondente.

11. PAGAMENTO DE SALÁRIOS

A CDHU efetuará o pagamento dos salários até o 1º dia útil de cada mês, no mês seguinte ao de competência.

12. ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS

A CDHU concederá aos seus empregados um adiantamento salarial de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do salário nominal recebido mensalmente, no dia 16 de cada mês.

13. ADICIONAL NOTURNO

A empresa pagará adicional de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, pelas horas noturnas trabalhadas e compreendidas no período entre as 22h00 (vinte e duas horas) de um dia e 5h00 (cinco horas) do dia seguinte, sendo a hora noturna correspondente a 52'30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos), sem prejuízo do adicional de horas extras.

14. ADICIONAL DE SOBREAVISO

As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas e remuneradas à razão de 1/3 (um terço) do salário/hora normal, conforme enunciado da Súmula n.º 229 do TST.

Parágrafo 1º - Considera-se como "sobreaviso" o período em que o empregado permanecer, em sua própria casa, aguardando, a qualquer momento, o chamado para o serviço.

Parágrafo 2º - A escala de "sobreaviso", aprovada pela Diretoria, será, no máximo, de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo 3º - A presente cláusula não se aplica aos empregados que exerçam funções de confiança.

15. FALTA POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR

Serão abonadas as faltas decorrentes de motivo de força maior, como tal considerado os eventos que, direta ou indiretamente, caracterizem atrasos ou faltas coletivas ao trabalho abrangendo elevado número de empregados.

Parágrafo 1.º - São considerados como força maior os seguintes eventos: Enchentes, paralisação total ou parcial dos meios de transportes, catástrofes e etc.

Parágrafo 2º - A comprovação dos eventos referidos será regrada em norma interna de procedimento.

16. SAÍDA ANTECIPADA PARA ESTUDANTE

A CDHU concederá saída antecipada de até 03 horas, aos empregados estudantes nos dias de provas bimestrais e finais, desde que em estabelecimento oficial – autorizado ou reconhecido – de ensino, avisando previamente o empregador com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, sendo obrigatória à comprovação posterior, compensando na jornada de trabalho as horas concedidas, até o mês subsequente.

17. AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Até 05 (cinco) dias úteis, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, ou pessoa que viva comprovadamente sob sua responsabilidade econômica, desde que declarada dependente na última declaração de imposto de renda e inclusa em Folha de Pagamento, através de Termo de Responsabilidade específico, ao qual ficaria condicionado. Para os isentos, declaração de próprio punho, sob penas da Lei.

18. PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

A empregada, com filho em período de amamentação, terá direito a redução de sua jornada de trabalho em 02 (duas) horas por dia, durante 180 (cento e oitenta) dias, contados do nascimento do filho, acordados com o seu superior imediato.

19. CALENDÁRIO DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIOS

A CDHU elaborará calendário de compensação de horário até Dezembro de cada ano, submetendo-o aos sindicatos acordantes, que deverão manifestar-se até 15 (quinze) dias corridos após a data da entrega.

Parágrafo 1º - Nos dias 24 (vinte e quatro) e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano e a terça-feira de carnaval serão concedidos abono integral a todos os empregados, sem prejuízo do DSR (descanso semanal remunerado).

Parágrafo 2º - A compensação de "pontes" será feita de maneira uniforme a todos os empregados da CDHU e de acordo com a jornada de trabalho.

20. ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

O pagamento da 1ª (primeira) parcela do 13º (décimo terceiro) salário, para os empregados com férias gozadas de janeiro a junho, será efetuado no respectivo mês da concessão; para os demais empregados, o pagamento da 1ª (primeira) parcela será antecipado para até o 5º dia útil de julho.

Parágrafo 1º - As eventuais diferenças salariais existentes sobre a primeira parcela serão quitadas no mês de julho.

Parágrafo 2º - A segunda parcela do 13º salário será quitada no dia 16 de dezembro.

21. FÉRIAS

O início das férias ocorrerá no primeiro dia útil da semana, cabendo a CDHU avisar o empregado, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Único - Quando ocorrer, durante o período do gozo de férias, dias já compensados, o gozo de férias deverá ser prolongado com o acréscimo daqueles.

22. FRACIONAMENTO DE FÉRIAS

Será facultado aos empregados, o gozo de férias em 02 (dois) períodos, nos termos da Lei, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos, e desde que não haja acumulação de períodos aquisitivos.

23. FRAÇÃO DE PERÍODO AQUISITIVO PARA FÉRIAS e 13º SALÁRIO

Na licença sem vencimentos, será respeitada, para efeito de cômputo de férias e 13º salário, a fração de período aquisitivo já transcorrido.

24. ESTABILIDADE PROVISÓRIA A EMPREGADA GESTANTE

A empregada Gestante, desde a constatação da gravidez e até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, não poderá ser dispensada, exceto se cometer falta grave, devidamente apurada em sindicância.

25. ESTABILIDADE PARA ADOTANTE

As empregadas que vierem a adotar criança, com idade de 00 (zero) a 03 (três) anos, terão estabilidade de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da aquisição do direito de guarda.

26. EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Serão garantidos o emprego e salário ao empregado em idade de prestação de serviço militar, desde o alistamento até a incorporação e nos 30 (trinta) dias após o desligamento da unidade em que serviu.

Parágrafo 1º - A garantia do emprego será extensiva ao empregado que estiver servindo no Tiro de Guerra. Havendo coincidência entre o horário da prestação do Tiro de Guerra com o horário de trabalho, o empregado não sofrerá desconto do D.S.R. (descanso semanal remunerado), e de feriados respectivos, em razão das horas não trabalhadas por esse motivo. A estes empregados será obrigatória a prestação de serviços no restante da jornada.

Parágrafo 2º - Esses empregados não poderão ser despedidos, a não ser por prática de falta grave, ou mútua acordo entre o empregado e o empregador, com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria.

27. EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA

A CDHU concederá estabilidade provisória aos empregados (conforme Constituição Federal – artigo 37 – inciso 02) que necessitem de até 24 (vinte e quatro) meses para aquisição de aposentadoria proporcional por tempo de contribuição, ou por idade, o que ocorrer primeiro, desde que cumpridos todos os requisitos ora transcritos:

I – Compete exclusivamente ao empregado manifestar por escrito e no prazo de 10 (dez) dias da data de recebimento ou da ciência do aviso de dispensa a proteção referida no caput;

II – Compete exclusivamente ao empregado comprovar-nos 30 (trinta) dias subseqüentes ao prazo referido no Inciso anterior (I), mediante certidão ou documento equivalente emitido pelo órgão previdenciário oficial (INSS), o Tempo de Contribuição necessário para aquisição do benefício;

III – Somente será assegurada a estabilidade aos empregados que, preenchidos os requisitos supra, necessitem de no máximo 24 (vinte e quatro) meses para aquisição de aposentadoria segundo a legislação previdenciária vigente à época da eventual rescisão;

IV – A estabilidade prevista no caput não se aplica em caso de pedido de demissão do empregado ou rescisão do contrato por justa causa, ou, ainda, quando não obedecidos os prazos supra mencionados.

28. LICENÇA PARA ADOTANTE

A empregada que adotar criança ou obter a guarda judicial para fins de adoção será garantido licença com vencimentos de 120 (cento e vinte) dias. Parágrafo Único - Serão concedidos 05 (cinco) dias para o pai adotante.

29. AUXÍLIO CRECHE

A CDHU pagará mensalmente a todos os seus empregados (que tiverem filhos na idade que será indicada) a importância de R\$ 315,62 (trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos) a título de auxílio creche, por filho, de 00 (zero) a 06 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, mediante recibo de mensalidade escolar, para recebimento do benefício, exceto se já estiver cursando o ensino fundamental.

Parágrafo Único – A CDHU concederá igual auxílio aos empregados (as) que tenham filhos excepcionais ou permanentemente inválidos, mediante a apresentação de recibo da entidade que presta assistência ao filho excepcional, bem como comprovação desta condição através de relatório médico anual.

30. LICENÇA SEM VENCIMENTOS

A CDHU estudará a concessão de licença sem vencimentos aos empregados que a solicitarem por motivos de saúde de ascendentes diretos (pai, mãe), cônjuge e descendentes diretos (filhos), como também no caso de viagem para estudos ou aperfeiçoamento profissional, desde que haja comprovação dos motivos.



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

Parágrafo 1º - A CDHU, em 20 dias da apresentação do pleito responderá o pedido, exceto para as solicitações por motivo de saúde, que será respondida em 02 (dois) dias.

Parágrafo 2º - Na licença sem vencimentos será respeitada, para efeito do cômputo de férias e 13º salário, a fração de período aquisitivo já transcorrido.

31. IMPEDIMENTO DE ATOS DISCRIMINATÓRIOS NA ADMISSÃO E DEMISSÃO

Fica acordada que serão proibidos todos os usos e práticas discriminatórias quanto ao sexo, estado civil, raça, religião, idade e opções sexuais, opinião política, filiação partidária e sindical na admissão e demissão de empregados. Parágrafo Único - São especialmente proibidos os testes laboratoriais de gravidez e AIDS para efeito de admissão.

32. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A CDHU manterá convênio de Assistência Médica e Odontológica, nos moldes da legislação reguladora do tema e conforme condições específicas estabelecidas nas pactuações de contratação desses serviços junto às respectivas operadoras contratadas. Parágrafo 1º - No caso de modificação da sistemática atual, a companhia constituirá comissão para análise de novas propostas.

Parágrafo 2º - Os diretores e empregados desligados da Empresa, seus dependentes e agregados, poderão permanecer no referido plano, mediante pagamento mensal integral diretamente à empresa operadora contratada, em conformidade a Lei 9656/98, após manifestar formalmente o interesse no RH da CDHU dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

33. VALE TRANSPORTE

Aos empregados que residam em outro município e utilizem linha regular de transporte coletivo interurbano para o deslocamento residência-trabalho e vice versa, será aplicado o critério da lei do vale transporte.

Parágrafo Único – Os vales transportes deverão ser concedidos no último dia útil do mês antecedente ao mês de benefício.

34. COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

A CDHU complementarará o salário de seus empregados afastados, tanto por doença como por acidente do trabalho, da seguinte forma:

A – Até 90 dias de afastamento: 80% (oitenta por cento) da diferença entre o benefício pago pelo INSS e o salário que perceberia na CDHU, caso estivesse trabalhando.

B – Acima de 90 dias e até 180 dias de afastamento: 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o benefício pago pelo INSS e o salário que perceberia na CDHU, caso estivesse trabalhando.

Parágrafo 1º - O beneficiário deverá, assim que estiver de posse do comprovante de pagamento fornecido pelo INSS, apresentá-lo à área de Gestão de Pessoas. Independentemente do prazo mencionado no “caput”, o benefício se extinguirá quando



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

ocorrer à alta ou cessar a incapacidade, atestado por médicos daquela Autarquia.
Parágrafo 2º - Aos beneficiados por estes auxílios deverão, obrigatoriamente, realizar exame complementar comprobatório do quadro clínico, por médico da CDHU, ou por esta indicada.

35. ABONO POR APOSENTADORIA

Aos empregados com 02 (dois) anos ou mais de serviços contínuos na CDHU, quando desta vierem a se desligar definitivamente por motivo de aposentadoria, terão direito ao pagamento de 02 (dois) salários, equivalentes ao último percebido.

36. SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS

A CDHU fará seguro de vida e acidentes em grupo, em favor de seus empregados, nos termos da regulamentação da SUSEP, tendo como beneficiário(s) o(s) próprios ou seus descendentes, ascendentes e cônjuge, ou ainda, pessoa por ele indicado, observado as seguintes coberturas:

A - Em caso de morte por qualquer natureza do segurado principal, seu beneficiário receberá a título de indenização a importância segurada no valor de R\$ 78.779,81 (setenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos).

B - Em caso de invalidez permanente, total ou parcial, do segurado principal causada por acidente pessoal, o próprio segurado principal receberá a título de indenização uma importância segurada de até R\$ 78.779,81 (setenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos), dependendo do grau de invalidez. O valor exato desta indenização será determinado pela tabela oficial da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

C - Em caso de morte por qualquer causa do cônjuge do segurado principal será paga ao segurado principal a título de indenização uma importância segurada correspondente a R\$ 39.382,56 (trinta e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

D - Em caso de morte por qualquer causa dos (as) filho (as), maior (es) de 14 (quatorze) anos, do (a) segurado (a) principal será paga a título de indenização uma importância correspondente a R\$ 19.691,29 (dezenove mil seiscentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos).

Parágrafo 1º - A CDHU satisfará o pagamento das indenizações previstas nesta cláusula por meio de adesão à apólice de seguro de vida em grupo.

Parágrafo 2º - A CDHU proporcionará aos seus empregados a oportunidade de optar, ou não, pela sua inclusão no referido seguro, ficando a participação dos empregados limitada a 30% (trinta por cento) do custo.



37. AUXÍLIO FUNERAL

A CDHU pagará a título de auxílio funeral a importância de R\$ 3.675,83 (três mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), valor este designado para custear as despesas decorrentes de falecimento de empregado e/ou seus dependentes diretos, desde que assim arrolados na última declaração de bens e rendas perante a Receita Federal e apontada em termo de responsabilidade específico, para efeito de elaboração de folha de pagamento. Os isentos de declaração de bens e rendas deverão apresentar declaração de próprio punho, sob as penas da lei, com o rol de seus dependentes.

Parágrafo 1º - O pagamento de que trata o “caput” deverá ser efetuado até 15 (quinze) dias após a apresentação da certidão de óbito, que por sua vez deverá ser apresentada no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias da ocorrência do óbito.

Parágrafo 2º - Ficam definidos como dependentes diretos para efeito do benefício em tela: pai, mãe, filhos, cônjuge e/ou companheira (o), desde que para este último seja apresentada comprovação por Escritura Pública de União Estável ou Termo de União Homo-afetivos ou decisão judicial.

38. ATESTADO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO

A CDHU fornecerá, a pedido dos arquitetos e engenheiros, para fim de acervo técnico, atestado de experiência adquirida a serviço da empresa; participação em estudos; planos e projetos; obras e serviços; atividades de ensino e pesquisa em acordo com as exigências do CREA.

Parágrafo único - A CDHU deverá mencionar nas ART's os nomes de todos os profissionais envolvidos, com registro profissional.

39. COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa da CDHU, a comunicação da dispensa obedecerá aos seguintes procedimentos:

- A – Na rescisão sem justa causa, o empregado será comunicado por escrito, onde constará informação sobre a forma de cumprimento do aviso prévio. Constará ainda do documento, o dia, hora e local do recebimento das verbas rescisórias;
- B – Na rescisão por justa causa, prevista no artigo 482 da CLT, haverá comunicação ao empregado, por escrito.

40. SINDICÂNCIA

Nos casos de sindicância, fica assegurado o direito ao empregado de estar acompanhado em seu depoimento, bem como de ser comunicado dele com 02 (dois) dias de antecedência.



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

41. COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecerá comprovante de pagamento a seus empregados com identificação e constando, discriminadamente, a natureza e o valor das importâncias pagas, descontos efetuados, as horas trabalhadas e o valor do FGTS/INSS.

42. CARTA DE REFERÊNCIA

No ato da rescisão contratual, a CDHU, quando solicitada, deverá fornecer, aos empregados, carta de referência onde relacione os trabalhos e cursos que tenham efetuado na CDHU.

43. DIVULGAÇÃO DE NORMAS

A empresa distribuirá, a seus empregados, informativos contendo as Normas e Procedimentos em vigor.

44. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A CDHU reconhecerá atestados médicos e/ou odontológicos desde que sejam originais e consigne o dia o horário de atendimento do empregado, contendo assinatura e carimbo do profissional competente em papel timbrado.

45. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

A CDHU compromete-se a não fazer restrições para admissão de portadores de deficiência física, sempre que as circunstâncias técnicas, materiais e administrativas da empresas assim o permitam, e na conformidade do estabelecido em lei.

46. SERVIÇOS EXTERNOS

Quando da prestação de serviços externos, serão observados os seguintes procedimentos:

A – As horas despendidas em trânsito serão consideradas como horas de trabalho, para todos os efeitos;

B – As refeições, realizadas pelos empregados contemplados por esta cláusula, serão pagas em vale refeição ou valor equivalente, conforme norma de viagem em vigor.

47. AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitido a CDHU o desconto, em folha de pagamento, de despesas pertinentes a: seguro de vida em grupo, vale-transporte, plano médico-odontológico, vale alimentação, auxílio refeição, convênio com supermercados, medicamentos, convênios com assistência médica, clube/agremiações, prestação de financiamentos contratados com a CDHU, desde que expressamente autorizado pelo empregado.

48. ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A CDHU fornecerá assistência jurídica gratuita ao empregado que dela necessitar, em razão de fatos ocorridos no exercício de atividade profissional, desde que este esteja a serviço da CDHU.

49. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A - A CDHU implantará política de treinamento técnico aos empregados com a promoção de cursos, eventos e seminários.

B - A CDHU se compromete a divulgar, amplamente, sua política de treinamento, bem como as previsões dos cursos, eventos e seminários, incentivando a participação de seu corpo técnico.

C - A CDHU promoverá intercâmbio tecnológico entre profissionais na área de interesse social, como forma de aperfeiçoamento do corpo técnico.

D - A CDHU concederá aos empregados a possibilidade de participarem de eventos, cursos (especialização, mestrado ou doutorado) e seminários, dentro de suas atividades profissionais em assunto ou projeto de interesse da empresa, não descontando do salário os dias/horas diárias concedidas e nem obrigando a compensação até o limite de 08 (oito) horas semanais, durante o período previsto para o curso, que for previamente aprovado pela CDHU.

50. ESTABILIDADE PARA ACIDENTE DO TRABALHO

A CDHU garantirá o emprego, pelo prazo de 12 (doze) meses, aos Segurados que sofrerem acidente do trabalho, após a cessação do auxílio doença acidentário, independentemente de percepção do auxílio-acidente.

51. GARANTIAS DO EMPREGADO PARA HIPÓTESE DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA NA REGIÃO

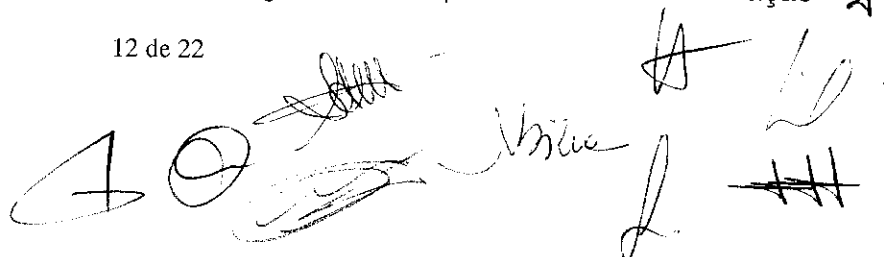
Se a CDHU, por qualquer motivo encerrar suas atividades, obriga-se a comunicar aos empregados e ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo do aviso prévio.

52. PROMOÇÕES

Todas as promoções acompanhadas ou não de aumentos salariais, serão anotadas na Carteira do Trabalho e Previdência Social - CTPS, além de outras informações pertinentes.

53. NOMENCLATURA DE CARGOS e FUNÇÕES

Os empregados que exerçam cargos ou função que exijam formação universitária e que tenham titulação e/ou registros competentes, terão suas CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) registradas na respectiva formação em complemento à denominação



do seu Cargo e Função, desde que o empregado exerça atividade própria de sua formação e que esta esteja contribuindo para os projetos de interesse da empresa.

54. GARANTIAS SINDICAIS

A CDHU não criará qualquer dificuldade para o acesso dos representantes do Sindicato, devidamente credenciados, nos locais de trabalho, a fim de orientarem no tocante às condições de higiene e segurança no trabalho, desde que pré-avisada a visita com antecedência, mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e sempre se fazendo acompanhar por representante da CDHU. Tal acesso não terá, jamais, caráter fiscalizatório.

55. MENSALIDADE ASSOCIATIVA

A empresa descontará a mensalidade associativa diretamente de seus empregados, conforme deliberação na respectiva assembléia geral dos empregados, desde que por eles autorizadas por escrito, devendo entregar os respectivos comprovantes aos empregados. O valor do desconto das mensalidades será depositado em conta bancária do sindicato beneficiado, através de guia própria fornecida pelo mesmo, até o 6º dia subsequente à competência do salário. A relação nominal dos empregados para controle da entidade será encaminhada ao Sindicato Profissional após o recolhimento.

56. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

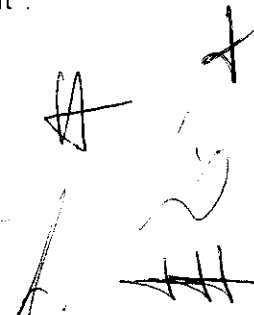
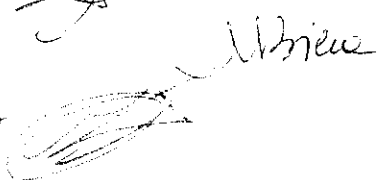
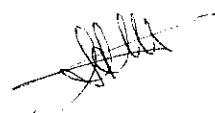
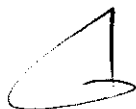
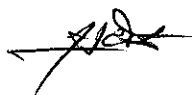
A empresa descontará mensalmente em folha de pagamento, 0,5% (meio por cento) a título de contribuição assistencial de seus empregados, conforme deliberação na respectiva assembléia geral dos empregados, sendo suspensa no mês de Março, e somente nesse mês, em decorrência da contribuição sindical prevista na CLT. O recolhimento será efetuado até o 6º (sexto) dia útil do mês subsequente ao do desconto no pagamento dos salários, mediante apresentação das guias de recolhimento respectivas e contas bancárias designadas pelas entidades acordantes. A empresa se obriga a enviar no mesmo prazo, relação nominal dos empregados para a entidade com o valor da contribuição correspondente.

Parágrafo 1.º - Será garantido aos empregados o direito de oposição ao desconto, em até 10 dias após o pagamento do primeiro salário reajustado.

Parágrafo 2.º - O Sindicato deverá em 03 (três) dias úteis enviar à Superintendência de Gestão de Pessoas da CDHU cópia das cartas de oposição lá protocoladas para cessação do desconto desta contribuição.

Parágrafo 3º - Será obrigação do Sindicato, cientificar o empregado que o desconto far-se-á em nome desses, não tendo a CDHU qualquer responsabilidade ou vinculação com o fato do desconto.

Parágrafo 4º - Os empregados associados que contribuem com o SINCOHAB, pagando a mensalidade associativa, estarão isentos da contribuição de que trata o "caput".



57. LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A CDHU liberará sem prejuízo dos benefícios sociais e demais vantagens, os Diretores Sindicais eleitos, de seus respectivos sindicatos, nas seguintes condições:

A - A licença, uma vez concedida, pode ser prorrogada mesmo após a vigência deste ACT, até que novo instrumento normativo seja celebrado, porém limita-se à pessoa do dirigente sindical eleita.

B - A liberação, objeto do “caput”, desta cláusula, será concedida a no máximo 04 (quatro) membros do SINCOHAB, 02 (dois) membros do Sindicato dos Arquitetos e a 01 (um) membro do Sindicato dos Engenheiros.

C - A duração da liberação, prevista no “caput” desta cláusula, limita-se a 80 (oitenta) horas mensais por dirigente sindical.

D - A liberação de um dos representantes acima referidos poderá ser por período integral, desde que um acordo nesse sentido venha ser firmado entre a CDHU e os Sindicatos, no qual será identificado o Sindicato beneficiário desta liberação.

E - As liberações acima mencionadas, e na forma disciplinada, poderão ser utilizadas por qualquer membro do respectivo Sindicato indicado por sua Presidência, desde que eleito Diretor.

58. ASSEMBLÉIAS NA CDHU

A CDHU poderá permitir mediante prévia solicitação do Sindicato Profissional, a realização da Assembléia dentro do seu recinto, desde que esta ocorra fora do horário de expediente normal.

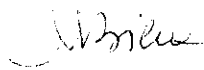
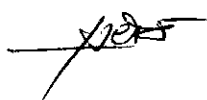
59. SINDICALIZAÇÃO

A CDHU, quando solicitada por escrito, concederá, em dia e hora previamente fixados, autorização para que os sindicatos profissionais possam, duas vezes por ano, fazer sua campanha de sindicalização junto aos empregados, preferencialmente nos períodos de descanso da jornada de trabalho, vedada a propaganda política – partidária.

60. LICENÇA A ASSOCIADO DO SINDICATO

Serão abonadas ou compensadas, 03 (três) ausências por ano ao empregado sindicalizado, eleito para participar, na qualidade de representante, do Congresso anual da categoria.

Parágrafo Único – A categoria terá no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) empregados representantes, mediante acordo entre as partes.





Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

61. HOMOLOGAÇÕES

As rescisões de contrato de trabalho serão feitas, preferencialmente, sob assistência do Sindicato Profissional.

Parágrafo único - A CDHU deverá solicitar o agendamento de horário, por escrito, constando o nome do empregado, a data de admissão e a de demissão bem como o cargo exercido.

62. LIBERAÇÃO DE MEMBROS DA CIPA

Para o desempenho de suas atividades, Vice Presidente e Secretário da CIPA, disporão de 01 (um) dia por mês, sem prejuízo dos seus vencimentos.

Parágrafo 1º – A CIPA deverá apresentar, mensalmente, relatório de vistoria à Diretoria Administrativo - Financeira da CDHU.

Parágrafo 2º – A realização da eleição de representantes da CIPA deverá ocorrer todo mês de Abril.

63. CÓPIA DA RAIS

A empresa, no prazo de 30 (trinta) dias após sua emissão, fornecerá, uma vez por ano, ao Sindicato dos Empregados, uma cópia reprográfica da RAIS, ou através de suporte magnético, mediante entendimento prévio com o sindicato.

64. QUADRO DE AVISO

A CDHU permitirá a afixação, pelo Sindicato, em Quadro de Aviso em locais acessíveis aos empregados, de matéria de interesse da categoria. É vedada, porém, a divulgação de material político - partidário religioso ou ofensivo a quem quer que seja.

65. TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

A CDHU, quando da admissão de empregados, deverá treiná-los e esclarecer-lhes, antes do início de suas atividades, sobre:

A - Utilização e higienização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, de acordo com a NR.6;

B - Os riscos nos locais de trabalho e prevenção de acidentes;

C - Os produtos químicos existentes nos locais de trabalho e seus efeitos sobre o organismo;

D - O primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, preferencialmente, ao conhecimento da utilização do equipamento de proteção individual (EPI), e das eventuais áreas de risco, bem como, ainda, das atividades a serem exercidas.

66. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A CDHU enviará ao Sindicato cópia do registro do SESMT, junto ao Ministério do Trabalho, onde deverão constar os nomes dos profissionais e a especialidade, bem como os levantamentos ambientais que realizará com instrumentos necessários para tal.

67. EXAME MÉDICO

A CDHU realizará exames médicos admissionais, periódicos e demissionais com base no que dispõe a NR-7, bem como continuará fornecendo cópia dos resultados de todos os exames realizados pelo empregado.

68. PROTEÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL

A empresa assegurará condições de salubridade, através de equipamentos coletivos de segurança. Os EPI's somente serão admitidos na absoluta impossibilidade técnica de implantação dos Equipamentos de Proteção Coletivos - EPCs, ou durante a implantação destes.

69. FORNECIMENTO DE UNIFORME E ROUPAS DE TRABALHO

A Empresa se obriga a fornecer a seus empregados uniformes gratuitamente, quando exigido pela empresa na prestação de serviço.

70. ACIDENTE FATAL

Em caso de acidente fatal com empregado da CDHU, será indicado um representante da CDHU e um do respectivo sindicato, para acompanhamento da apuração dos fatos, junto às autoridades competentes.

71. CONDIÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias deverão ser mantidas pela empresa em bom estado de conservação, asseio e higiene, conforme definidos em Legislação específica para o assunto previsto NR – 24, da Portaria 3214/78.

72. ÁGUA POTÁVEL

Nos locais de trabalho deve estar disponível água fresca e potável, filtrada, proibindo-se o uso do local para lavagem das mãos, ferramentas e peças.



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

73. ADAPTAÇÃO DO EMPREGADO ACIDENTADO OU PORTADOR DE DOENÇA OCUPACIONAL

Será garantida aos empregados acidentados no trabalho, após alta atestada pelo INSS e cessado o auxílio acidente/doença, retorno a CDHU em função compatível com seu estado físico, sem prejuízo do salário antes percebido, desde que após acidente, apresentem, cumulativamente, redução da capacidade laboral – atestada pelo INSS – e incapacidade de exercer a função que anteriormente exerciam, sendo obrigados, os empregados nesta situação, a participar de processo de readaptação e reabilitação profissional que, quando adquiridos, faz cessar automaticamente a garantia.

74. ABRANGÊNCIA

As cláusulas do presente acordo aplicam-se a todos os empregados da CDHU.

75. COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS

Será constituída uma Comissão Paritária entre representantes da CDHU e do Sindicato profissional respectivo, com a finalidade de buscar a composição de conflitos decorrentes da aplicação das normas estabelecidas neste Acordo.

76. MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Fixam as partes multa de 10% (dez por cento) do piso salarial, por infração e por empregado, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas neste termo, desde que não cominada com qualquer multa específica, revertendo o valor a favor da parte prejudicada.

77. VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 1º/05/2011 a 30/04/2012.

78. COMPETÊNCIA

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente Acordo Coletivos de Trabalho.



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

BENEFÍCIOS - TABELA DE PARTICIPAÇÃO - MAIO/2011

Informamos nas tabelas abaixo, faixas e valores a serem descontados dos empregados que se utilizarem dos benefícios citados a partir de 1º de Maio de 2.011.

VALE REFEIÇÃO (8% nos valores e salários da tabela abaixo).

Valor facial R\$ 17,63

Cota mensal R\$ 528,75

FAIXA SALARIAL R\$	PARTICIPAÇÃO							
	EMPREGADOS			C.D.H.U.				
	%	UNITÁRIO/DIA	MENSAL	%	UNITÁRIO/DIA	MENSAL		
01	Até	1.858,59	01	0,18	5,29	99	17,45	523,48
02	Acima de	1.858,59	05	0,88	26,44	95	16,75	502,33

VALE ALIMENTAÇÃO (8% nos valores e salários da tabela abaixo)

Valor R\$ 132,04

FAIXA SALARIAL R\$	PARTICIPAÇÃO						
	EMPREGADOS			C.D.H.U.			
	%	R\$		%	R\$		
1	Até	2.040,88	*	1,00	*	131,04	
2	De 2.040,89	a	2.671,00	35	46,21	65	85,83
3	De 2.671,01	a	4.375,84	45	59,42	55	72,62
4	De 4.375,85	a	6.301,21	55	72,62	45	59,42
5	De 6.301,22	a	8.751,67	75	99,03	25	33,01
6	Acima de		8.751,67	85	112,23	15	19,81



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

AUXÍLIO CRECHE (8% no valor abaixo).

A CDHU pagará, mensalmente, a todos seus empregados e empregadas, a importância de R\$ 315,62 (trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos) a título de auxílio creche, mediante recibo de mensalidade escolar particular de seus filhos de 00 (zero) a 06 (seis) anos e 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Não há participação do empregado.

AUXÍLIO FUNERAL (8% no valor abaixo).

A CDHU pagará a título de auxílio funeral a importância de R\$ 3.675,83 (três mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) para custear as despesas decorrentes de falecimento de empregados e seus dependentes diretos.

Não há participação do empregado.

ASSISTÊNCIA MÉDICA - AMIL (desde 01.08.10)

Mensalidade – R\$ 5,00 por vida (ressalvada a situação dos agregados que estão em discussão judicial)

Co-participação:

Consultas: 30% da tabela negociada entre Amil e prestador - limitado até R\$ 20,00

Exames: 10% da tabela negociada entre Amil e prestador - limitado até R\$ 100,00

Obs. O desconto máximo, em folha de pagamento, para o empregado nunca poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do salário nominal, o débito pendente será descontado no(s) mês(es) seguinte(s).

AUXÍLIO ODONTOLÓGICO – INTERODONTO R\$ 38,00 (desde 01.10.10)

Participação mensal por empregado/vida 50% - R\$ 19,00

Participação mensal para CDHU/vida 50% – R\$ 19,00



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS – R\$ 26,08 (8% nos valores)

R\$ 78.779,81 de indenização por morte, qualquer causa.

R\$ 78.779,81 de indenização por invalidez total ou parcial, por acidente.

R\$ 39.382,56 de indenização por morte do cônjuge do segurado, qualquer causa.

R\$ 19.691,29 de indenização por morte do filho (a) do segurado maior de 14 (quatorze) anos, qualquer causa.

Participação do Segurado 30% = 7,82

Participação da Empresa 70% = 18,26

São Paulo, 11 de agosto de 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – C.D.H.U.

DR. ANTONIO CARLOS DO AMARAL FILHO

Diretor Presidente
CPF: 024.986.288-35

DR. HENRIQUE SHIGUEMI NAKAGAKI

Diretor Adm - Financeiro
CPF: 487.814.368-15

DRA. SOLANGE APARECIDA MARQUES

Diretora de Assuntos Jurídicos
e de Regularização Fundiária
CPF: 109.550.908-06



Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS
HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE SÃO
PAULO – SINCOHAB**

RENATO ROBERTO RIBEIRO
Presidente
CPF: 022.684.458-79

GERSON PRIMIANI DA SILVA
Secretário Geral
CPF: 894.888.148-53

LUIZ CARLOS LAURINDO
Advogado
OAB/SP 77.598

SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SASP

DANIEL ALBERTO CATELLI AMOR
Presidente
CPF: 988.585.648-04

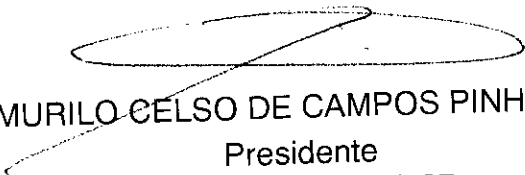
VERA MARIA LEME ALVARENGA
Diretora
CPF: 007.254.318-30

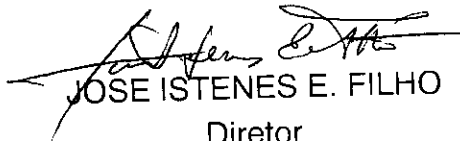
MARIANGELA PORTELA DA SILVA
Diretora
CPF: 237.612.025-04




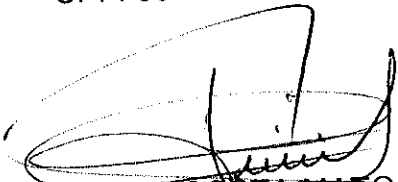
Acordo Coletivo de Trabalho – 2011/2012

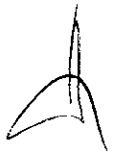
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP

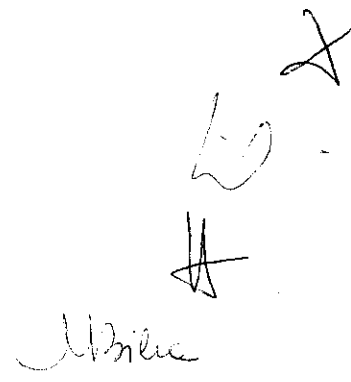

MURILO CELSO DE CAMPOS PINHEIRO
Presidente
CPF: 952.322.818-87

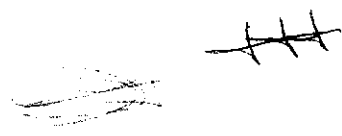

JOSE ISTENES E. FILHO
Diretor
CPF: 004.583.008-88


CLAUDIA REGINA SALOMÃO
Advogada
OAB/SP 234.080


JONAS DA COSTA MATOS
Advogado
OAB/SP 60.605









Alterações / Proposta CDHU
ACT 2011/2012
11.08.11

PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO PARCIAL DO ACT

As partes acordam, neste ato, que a empresa remeterá ao Conselho de Defesa dos Capitais - CODEC e à Comissão de Políticas Salariais-CPS, as seguintes retificações das cláusulas destacadas abaixo, entabuladas no acordo coletivo de trabalho em referência, quais sejam:

Redação Atual	Redação proposta
<p>28. LICENÇA PARA ADOTANTE</p> <p>A empregada que adotar criança ou obter a guarda judicial para fins de adoção será garantido licença com vencimentos de 120 (cento e vinte) dias.</p> <p>Parágrafo Único - Serão concedidos 05 (cinco) dias para o pai adotante.</p>	<p>28. LICENÇA MATERNIDADE / ADOTANTE</p> <p>A empregada gestante terá direito à licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo dos salários, nos termos da Lei Federal 11.770 de 09/09/2008. O mesmo período será concedido à empregada que adotar criança ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção.</p> <p>Parágrafo Único - Serão concedidos 05 (cinco) dias úteis para os pais.</p>
<p>29. AUXÍLIO CRECHE</p> <p>A CDHU pagará mensalmente a todos os seus empregados (que tiverem filhos na idade que será indicada) a importância de R\$ 315,62 (trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos) a título de auxílio creche, por filho, de 00 (zero) a 06 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, mediante recibo de mensalidade escolar, para recebimento do benefício, exceto se já estiver cursando o ensino fundamental.</p> <p>Parágrafo Único – A CDHU concederá igual auxílio aos empregados (as) que tenham filhos excepcionais ou permanentemente inválidos, mediante a apresentação de recibo da entidade que presta assistência ao filho excepcional, bem como comprovação desta condição através de relatório médico anual.</p>	<p>29. AUXÍLIO CRECHE</p> <p>A CDHU pagará mensalmente a todos os seus empregados (que tiverem filhos na idade que será indicada) a importância de R\$ 315,62 (trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos) a título de auxílio creche, por filho, de 00 (zero) a 06 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, mediante recibo de mensalidade escolar, para recebimento do benefício, exceto se já estiver cursando o ensino fundamental.</p> <p>Parágrafo Único – A CDHU concederá igual auxílio aos empregados (as) que tenham filhos excepcionais ou permanentemente inválidos, mediante a apresentação de recibo da entidade que presta assistência ao filho excepcional, bem como comprovação desta condição através de relatório médico no ingresso.</p>

32. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A CDHU manterá convênio de Assistência Médica e Odontológica, nos moldes da legislação reguladora do tema e **conforme condições específicas estabelecidas nas pactuações de contratação desses serviços junto às respectivas operadoras contratadas.**

Parágrafo 1º - No caso de modificação da sistemática atual, a companhia constituirá comissão para análise de novas propostas.

Parágrafo 2º - Os diretores e empregados desligados da Empresa, seus dependentes e agregados, poderão permanecer no referido plano, mediante pagamento mensal integral diretamente à empresa operadora contratada, em conformidade a Lei 9656/98, após manifestar formalmente o interesse no RH da CDHU dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

32. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A CDHU manterá convênio de Assistência Médica e Odontológica, nos moldes da legislação reguladora do tema.

Parágrafo 1º - No caso de modificação da sistemática atual, a Companhia constituirá comissão para análise de novas propostas.

Parágrafo 2º - Os diretores e empregados desligados da Empresa, seus dependentes e agregados, poderão permanecer no referido plano, mediante pagamento mensal integral diretamente à empresa operadora contratada, em conformidade a Lei 9656/98, após manifestar formalmente o interesse no RH da CDHU dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º - Aos empregados demitidos e que estejam em tratamento dentário no momento do desligamento, será concedida permanência no convênio até a conclusão do tratamento.

38. ATESTADO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO

A CDHU fornecerá, a pedido dos arquitetos e engenheiros, para fim de acervo técnico, atestado de experiência adquirida a serviço da empresa; participação em estudos; planos e projetos; obras e serviços; atividades de ensino e pesquisa em acordo com as exigências do CREA.

Parágrafo único - A CDHU deverá mencionar nas ART's os nomes de todos os profissionais envolvidos, com registro profissional.

38. ATESTADO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO

A CDHU fornecerá, a pedido dos arquitetos e engenheiros, para fim de acervo técnico, atestado de experiência adquirida a serviço da empresa; participação em estudos; planos e projetos; obras e serviços; atividades de ensino e pesquisa em acordo com as exigências do CREA-SP ou CAU-SP **(para os arquitetos conforme o estabelecido na Lei 12.378 de 31/12/2010).**

Parágrafo Único - A CDHU deverá mencionar nas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs do CREA-SP ou nos **Registros de Responsabilidades Técnicas - RRTs do CAU-SP (para os arquitetos, conforme o estabelecido na Lei 12.378 de 31/12/2010)** os nomes de todos os profissionais envolvidos, com registro profissional.

79. BANCO DE TRANSFERÊNCIA

Cláusula anteriormente excluída, pré-existente no ACT 2010/2011

79. BANCO DE TRANSFERÊNCIA

A CDHU manterá banco de transferência que será administrado pela Superintendência de Gestão de Pessoas.

Parágrafo único - O empregado interessado em obter transferência para outro setor da empresa deverá preencher formulário próprio indicando sua experiência, pretensa lotação e colher a ciência da chefia imediata. A transferência só será efetivada após análise da área de Gestão de Pessoas com aval da área cedente e da recebedora.

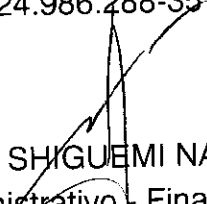
Em hipótese de acatamento das retificações propostas, estas substituirão aquelas convencionadas no ACT entabulado nesta data, permanecendo inalteradas quaisquer outras disposições não alcançadas pelo presente documento, ou retificações propostas e eventualmente não aprovadas pelas entidades de controle referidas.


São Paulo, 11 de agosto de 2011.

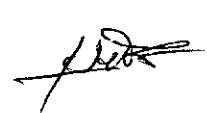
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – C.D.H.U.


DR. ANTONIO CARLOS DO AMARAL FILHO


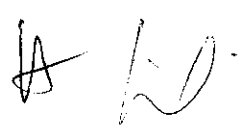
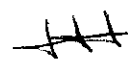
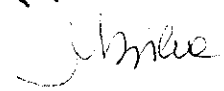

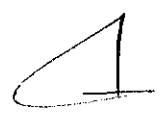
Diretor Presidente
CPF: 024.986.288-35


DR. HENRIQUE SHIGUEMI NAKAGAKI
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 487.814.368-15


DRA. SOLANGE APARECIDA MARQUES
Diretora de Assuntos Jurídicos
e de Regularização Fundiária
CPF: 109.550.908-06





SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SASP



DANIEL ALBERTO CATELLI AMOR

Presidente

CPF: 988.585.648-04



VERA MARIA LEME ALVARENGA

Diretora

CPF: 007.254.318-30



MARIANGELA PORTELA DA SILVA

Diretora

CPF: 237.612.025-04

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP



MURILO CELSO DE CAMPOS PINHEIRO

Presidente

CPF: 952.322.818-87



JOSE ISTENES E. FILHO

Diretor

CPF: 004.583.008-88



CLAUDIA REGINA SALOMÃO

Advogada

OAB/SP 234.080



JONAS DA COSTA MATOS

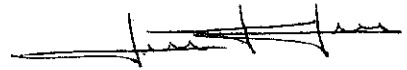
Advogado

OAB/SP 60.605

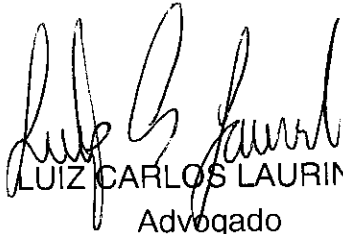
**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS
HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO -
SINCOHAB**



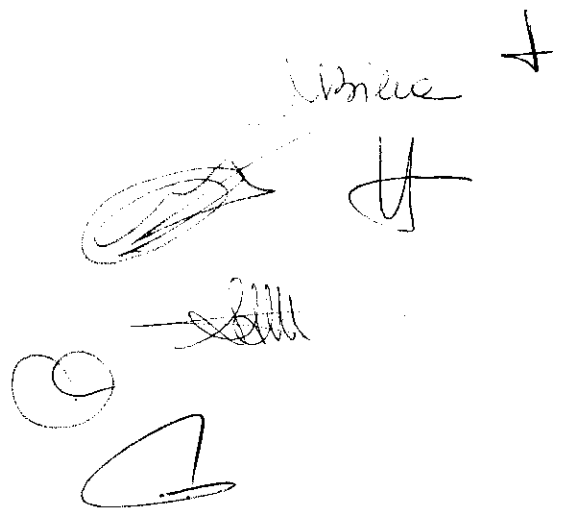
RENATO ROBERTO RIBEIRO
Presidente
CPF: 022.684.458-79



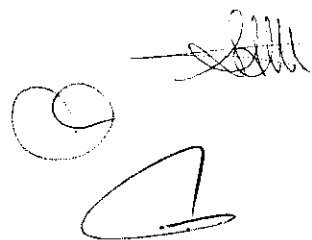
GERSON PRIMIANI DA SILVA
Secretário Geral
CPF: 894.888.148-53



LUIZ CARLOS LAURINDO
Advogado
OAB/SP 77.598



Laurindo ✓



Termo de Compromisso CDHU
ACT 2011/2012
11.08.11

INTERPRETAÇÃO CLÁUSULA 32ª DO ACT

As partes subscritoras do presente, estabelecem para todos os fins que o texto da cláusula 32ª acordada e aprovada nesta data, por intermédio do Acordo Coletivo de Trabalho, cuja redação segue abaixo, deverá ter a interpretação subordinada ao quanto comprometido na seqüência.

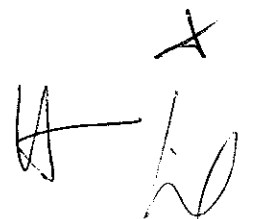
32. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A CDHU manterá convênio de Assistência Médica e Odontológica, nos moldes da legislação reguladora do tema e conforme condições específicas estabelecidas nas pactuações de contratação desses serviços junto às respectivas operadoras contratadas.

Parágrafo 1º - No caso de modificação da sistemática atual, a companhia constituirá comissão para análise de novas propostas.

Parágrafo 2º - Os diretores e empregados desligados da Empresa, seus dependentes e agregados, poderão permanecer no referido plano, mediante pagamento mensal integral diretamente à empresa operadora contratada, em conformidade a Lei 9656/98, após manifestar formalmente o interesse no RH da CDHU dentro do prazo de 30 (trinta) dias.


A Companhia, neste ato, expressamente, consigna que o destaque da referida cláusula não implica em qualquer espécie de renúncia, desistência, transação, novação, extinção ou manifestação de vontade contrária aos interesses postulados judicialmente pelas entidades sindicais subscritoras por meio das ações nºs 0185700-65-2010-50-02.0051 e 0218800-11-201050-02.0051.



Outrossim, serve a presente ainda para esclarecer que, tendo em vista tratar-se de contratação entre a CDHU e a empresa operadora de plano de saúde, as entidades sindicais não anuíram ou anuem, interferem, participam ou de qualquer outra forma manifestam concordância com seus termos e cláusulas.

São Paulo, 11 de agosto de 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – C.D.H.U.



DR. ANTONIO CARLOS DO AMARAL FILHO

Diretor Presidente
CPF: 024.986.288-35



DR. HENRIQUE SHIGEMI NAKAGAKI

Diretor Adm - Financeiro
CPF: 487.814.368-15



DRA. SOLANGE APARECIDA MARQUES

Diretora de Assuntos Jurídicos
e de Regularização Fundiária
CPF: 109.550.908-06

SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SASP



DANIEL ALBERTO CATELLI AMOR

Presidente
CPF: 988.585.648-04



VERA MARIA LEME ALMARENGA

Diretora
CPF: 007.254.318-30




MARIANGELA PORTELA DA SILVA

Diretora
CPF: 237.612.025-04

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP


MURILO CELSO DE CAMPOS PINHEIRO

Presidente
CPF: 952.322.818-87


JOSE ISTENES E. FILHO

Diretor
CPF: 004.583.008-88


CLAUDIA REGINA SALOMÃO

Advogada
OAB/SP 234.080


JONAS DA COSTA MATOS

Advogado
OAB/SP 60.605

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS
HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO -**

SINCOHAB


RENATO ROBERTO RIBEIRO

Presidente
CPF: 022.684.458-79


GERSON PRIMIANI DA SILVA

Secretário Geral
CPF: 894.888.148-53


LUIZ CARLOS LAURINDO

Advogado
OAB/SP 77.598

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS 2011 – ACT PPR/2011

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINCOHAB CNPJ/MF sob o nº 66.661.372/0001-77, neste ato representado por seu Presidente, Sr. RENATO ROBERTO RIBEIRO, CPF nº 022.684.458-79 e GERSOM PRIMIANI CPF 894.888.148-53; **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEESP** CNPJ/MF sob nº 62.637.137/0001-09, neste ato representado por seu Presidente MURILO CELSO DE CAMPOS PINHEIRO CPF 952.322.818-87 e seu Diretor, Sr. JOSE ISTENES E. FILHO, CPF nº 004.583.008-88; e **SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SAASP** CNPJ/MF sob o nº 43.143.007/0001-75, neste ato representado por suas Diretoras, Sra. BERTHELINA ALVES COSTA, CPF nº 578.734.798-53 e Sra. VERA MARIA LEME ALVARENGA CPF nº 007.254.318-30; e **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU**, CNPJ sob o nº 47.865.597/0001-09, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. ANTONIO CARLOS DO AMARAL FILHO, CPF nº 024.986.288-35 e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. HENRIQUE SHIGUEMI NAKAGAKI, CPF nº 487.814.368-15.

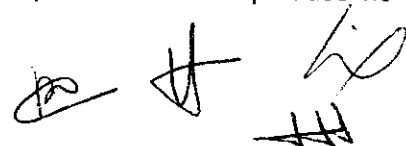
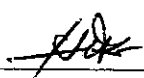
Celebram o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**, estipulando as condições previstas nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Objetivos do Programa

O Programa de Participação nos Resultados tem como objetivos comprometer todas as áreas da CDHU com os resultados esperados, reconhecer a importância da atuação dos empregados na obtenção dos resultados, buscar o aperfeiçoamento contínuo do desempenho da CDHU e contribuir para a melhoria do clima motivacional da Companhia.

Cláusula Segunda - Vigência

A presente proposta é válida para o exercício de 2011 e os resultados previstos serão apurados no período compreendido entre 01/01/2011 e 31/12/2011.



Cláusula Terceira - Elegibilidade

Serão abrangidos pelo Programa os empregados vinculados à CDHU por contrato de trabalho, nos termos do Decreto nº 56.877 de 24/03/2011.

Parágrafo Primeiro - Os empregados admitidos e desligados da empresa no período, os empregados que tenham trabalhado na Companhia em parte do período de apuração, bem como os dependentes ou beneficiários dos empregados falecidos, farão jus à participação proporcional aos meses trabalhados, calculado "pro-rata temporis".

Parágrafo Segundo - Estão excluídos do Programa de Participação nos Resultados os empregados que se encontrem afastados:

- a) junto a outras entidades;
- b) por auxílio-doença ou qualquer outro benefício concedido pelo INSS;
- c) com contrato de trabalho suspenso ou interrompido.

Também estão excluídos do PPR os:

- a) estagiários;
- b) terceirizados;
- c) aprendizes;
- d) integrantes do PCPA; e
- e) comissionados de outras empresas na CDHU.

Cláusula Quarta - Condições de Pagamento



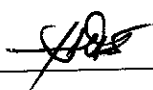
O pagamento da Participação nos Resultados, previsto para abril de 2012, será efetuado após concluído o processo de aferição das metas, com manifestação dos órgãos diretivos e da unidade de controle interno da CDHU, da Diretoria Plena, do CODEC, e aprovação da Comissão de Política Salarial, sendo vedada qualquer espécie de antecipação ou distribuição intermediária.

Parágrafo Primeiro - O montante máximo passível de distribuição será correspondente a 1 (uma) folha de salários nominal do mês de dezembro de 2011, assim entendida como o somatório das verbas salariais percebidas pelos empregados a título de salário-base e gratificação de função.

Parágrafo Segundo - O prêmio individual estará limitado a 1 (um) salário nominal do empregado, incluída a gratificação de função, quando houver, referente ao mês de dezembro de 2011 (ou ao último mês trabalhado, caso seja feito o pagamento "pro-rata temporis" previsto na Cláusula Terceira).

Cláusula Quinta - Incidência de Encargos

O Programa de Participação nos Resultados não substitui ou complementa a remuneração dos empregados, nem constitui base para a incidência de qualquer encargo trabalhista e/ou previdenciário, não se aplicando o princípio da habitualidade.



Para efeito de Imposto de Renda, o pagamento será tributado na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês.

Cláusula Sexta – Indicadores e Metas

O PPR-CDHU/2011 contempla 7 indicadores (sendo 1 Econômico-Financeiro, 3 de Qualidade dos Serviços e 3 Vinculados ao Planejamento Estratégico), para os quais foram estabelecidas metas, cuja realização determinará o pagamento do prêmio a título de Participação nos Resultados.

Parágrafo Primeiro - As metas são globais; valem, portanto, para todas as áreas da Companhia.

Parágrafo Segundo - Os indicadores e suas respectivas metas possuem pesos específicos, para fins de cálculo da premiação.

Parágrafo Terceiro - O valor a ser pago a título de PPR será resultante da aplicação do percentual de cumprimento das metas, sobre o valor estabelecido na Cláusula Quarta do presente acordo.

Parágrafo Quarto - Para cada indicador, está definido um Parâmetro Mínimo de Resultado (PMR), que caracterizará o cumprimento parcial da meta estabelecida.

Cada Parâmetro Mínimo de Resultado (PMR) representa, para efeito de cálculo do valor da premiação, um percentual proporcional ao valor da respectiva meta.

Para os indicadores que apresentarem resultado final no intervalo entre o PMR e a meta, será calculado o valor proporcional, para efeito de pagamento.

Por sua vez, para os indicadores que apresentarem resultado final inferior ao respectivo PMR, ficará configurada meta não cumprida.



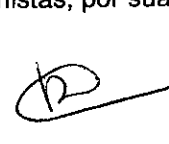
Parágrafo Quinto - O pagamento integral somente ocorrerá com o cumprimento de 100% das metas, mantida, entretanto, a hipótese de pagamento proporcional a partir de qualquer percentual acima do Parâmetro Mínimo de Resultado estabelecido para cada meta.

Cláusula Sétima – Detalhamento dos Indicadores e Metas

Parágrafo Primeiro - Indicador Econômico-Financeiro

i) Despesa Operacional / Investimento Total

CONCEITO: Representa o valor despendido pela CDHU com a cobertura de todas suas Despesas Operacionais, em relação ao Investimento Total da Companhia. Despesas Operacionais englobam os gastos com pessoal, serviços de terceiros, materiais de consumo, despesas diversas (com viagens, representação, quilometragem, locomoção, etc). e causas cíveis e trabalhistas; por sua vez, Investimento



Total envolve investimentos em obras, imóveis adquiridos por carta de crédito, terrenos e custos indiretos (projetos, topografia, regularização, gerenciamento, fiscalização, etc.).

OBJETIVO: Refletir aspectos ligados à eficiência na aplicação dos recursos públicos transferidos à empresa, ou seja, uma maior capacidade de realização dos investimentos sob sua responsabilidade, com menor gasto em custeio.

FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS: Divisão do total das Despesas Operacionais pelo total de Investimentos realizados no exercício, sob Regime de Caixa.

META: 10,75%

PMR: 11,93%

PESO: 30%

PAGAMENTO PROPORCIONAL:

RESULTADO OBTIDO	VALOR A SER PAGO
10,75%	30%
11,93%	0%
Entre 10,75% e 11,93%	Proporcional

Parágrafo Segundo - Indicadores de Qualidade dos Serviços

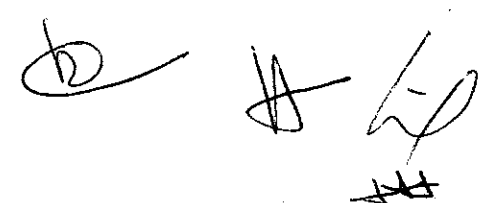
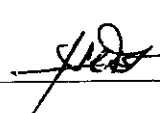
i) Redução do Déficit Habitacional (Unidades Entregues)

CONCEITO: Indica o total de unidades habitacionais entregues pela CDHU para as famílias beneficiárias, por Região Metropolitana do Estado, englobando unidades novas, unidades em edifícios reformados e imóveis adquiridos por meio de cartas de crédito.

OBJETIVO: Reduzir o déficit habitacional do Estado de São Paulo.

FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS: Somatório das unidades habitacionais entregues às famílias beneficiárias; as metas foram definidas e serão apuradas por Região Metropolitana, independentemente do resultado total obtido.

Observação: Serão computadas, ao final do exercício, as obras concluídas e disponibilizadas pela CDHU e que não forem entregues às famílias beneficiárias por motivos externos à Companhia, quais sejam, ações de responsabilidade de terceiros e/ou fenômenos naturais (chuvas, inundações, etc.).



METAS E PESOS:

REGIÃO METROPOLITANA	DÉFICIT (UH'S)	META		PESO (%)
		UH's	% de redução	
RM São Paulo	719.936	4.490	0,62	7
RM Baixada Santista	69.575	3.312	4,76	6
RM Campinas	84.884	88	0,10	1
Demais Municípios	343.155	17.110	4,99	6
Total	1.217.550	25.000	2,05	20

PMR:

REGIÃO METROPOLITANA	PMR	
	UH's	% de redução
RM São Paulo	3.544	0,49
RM Baixada Santista	2.614	3,75
RM Campinas	69	0,08
Demais Municípios	13.504	3,94
Total	19.731	1,62

PAGAMENTO PROPORCIONAL:

REGIÃO METROPOLITANA	RESULTADO OBTIDO	VALOR A SER PAGO
RM São Paulo	4.490	7%
	3.544	0%
	Entre 3.544 e 4.490	Proporcional
RM Baixada Santista	3.312	6%
	2.614	0%
	Entre 2.614 e 3.312	Proporcional
RM Campinas	88	1%
	69	0%
	Entre 69 e 88	Proporcional
Demais Municípios	17.110	6%
	13.504	0%
	Entre 13.504 e 17.110	Proporcional

ii) Unidades Regularizadas

CONCEITO: Representa a quantidade de unidades habitacionais já comercializadas, que se encontram irregulares sob o ponto de vista jurídico-fundiário, e que passam por processo de regularização, mediante ações promovidas pela CDHU.

OBJETIVO: Reduzir gradativamente o passivo de unidades irregulares da Companhia.

FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS: Somatório das UH's regularizadas ao longo de 2011; a comprovação se dará por meio das certidões de matrículas emitidas pelos respectivos cartórios de registros de imóveis, o que garantirá a regularização efetiva da unidade edificada.

META: 18.000 unidades habitacionais regularizadas

PMR: 16.723 unidades habitacionais regularizadas

PESO: 5%

PAGAMENTO PROPORCIONAL:

RESULTADO OBTIDO	VALOR A SER PAGO
18.000	5%
16.723	0%
Entre 16.723 e 18.000	Proporcional

iii) Ações de Urbanização de Favelas em Projetos Prioritários

CONCEITO: Trata-se de 4 ações específicas de urbanização de favelas, inseridas em projetos prioritários desenvolvidos pela CDHU, sendo 3 relativas a conclusão de obras e 1 ao início de obra.

OBJETIVO: Promover o incremento das ações de urbanização de favelas desenvolvidas pela Companhia..

FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS:

- Para as metas de conclusão de obras, deverão ser disponibilizados os seguintes documentos:

- i) Termo de Recebimento de Obra, a ser emitido pela CDHU em favor da construtora responsável pela referida obra;
- ii) Planta do projeto executivo cadastral, relativo à área objeto de urbanização, com a numeração de cada domicílio, conforme arrolamento (levantamento) realizado pela equipe da CDHU;
- iii) Listagem dos domicílios beneficiados, conforme numeração constante do projeto, com o nome do titular da família moradora.

- Para a meta de início de obras, deverá ser emitida "Ordem de Início de Serviço" pela CDHU em favor da construtora a ser contratada.



METAS: Deverão ser atingidas pelo menos 3 das 4 metas a seguir identificadas:

PROJETO	META
Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	305 domicílios beneficiados (conclusão de obras)
Hortolândia	540 domicílios beneficiados (conclusão de obras)
Bertioga / Vicente de Carvalho	622 domicílios beneficiados (conclusão de obras)
Santo André / Jardim Santo André	Início de obras para beneficiar 825 domicílios

PMR: Não há.

PESO: 5%

PAGAMENTO PROPORCIONAL: Não há.

Parágrafo Terceiro – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico

i) Controle Interno

CONCEITO: Unidade de acompanhamento e monitoramento dos procedimentos relativos à gestão de processos operacionais e administrativos da CDHU.

OBJETIVO: Criação e funcionamento de Unidade de Controle Interno da CDHU.

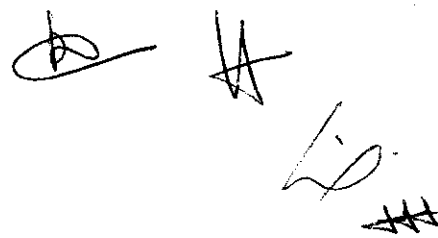
FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS: Unidade de Controle Interno da CDHU criada e em funcionamento.

META: Unidade de Controle Interno da CDHU criada e em funcionamento.

PMR: Não há.

PESO: 10%

PAGAMENTO PROPORCIONAL: Não há.



ii) Pesquisa de Satisfação do Atendimento ao Público da CDHU

CONCEITO: Implantação de pesquisa de satisfação do atendimento ao público da Companhia.

OBJETIVO: Obter avaliação inicial a respeito da qualidade do atendimento prestado ao público em geral pela CDHU.

FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS: Contagem dos pontos de atendimento da CDHU com pesquisa implantada e respectivos resultados apurados.

META: Pesquisa implantada e resultados apurados nos 26 pontos de atendimento da CDHU. (*)

(*) Relação dos pontos de atendimento da CDHU no Estado: i) Capital e RMSP: Poupatempo Itaquera, Poupatempo Santo Amaro, Poupatempo Guarulhos, Poupatempo São Bernardo do Campo, CIC Jaraguá, CIC Encosta Norte, CIC São Luiz, Unidade Central de atendimento da CDHU (Av. Duque de Caxias); ii) Interior: Poupatempo Campinas, Poupatempo Araraquara, Poupatempo Santos, Poupatempo Ribeirão Preto, Poupatempo São José dos Campos, Poupatempo São José do Rio Preto, Poupatempo Taubaté, Regional Baixada Santista, Regional Bauru, Regional Campinas, Regional Ribeirão Preto, Regional Sorocaba, Regional São José do Rio Preto, Núcleo Regional Araçatuba, Núcleo Regional Araraquara, Núcleo Regional Marília, Núcleo Regional Presidente Prudente e Núcleo Regional Taubaté.

PMR: Pesquisa implantada e resultados apurados em 13 pontos de atendimento da CDHU.

PESO: 10%

PAGAMENTO PROPORCIONAL:

RESULTADO OBTIDO	VALOR A SER PAGO
Pesquisa implantada e resultados apurados nos 26 pontos de atendimento	10%
Pesquisa implantada e resultados apurados em 13 pontos de atendimento	0%
Entre 13 e 26 pontos	Proporcional

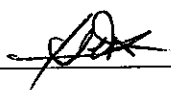
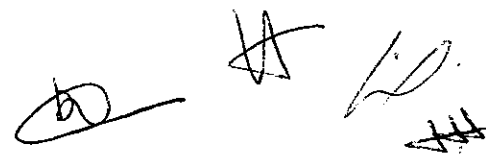
iii) Captação de Recursos


CONCEITO: Indica a parcela de recursos destinados a investimentos em obras e imóveis adquiridos por cartas de crédito, captados junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OBJETIVO: Promover a composição de recursos necessária para assegurar o volume de investimentos previsto pela CDHU.

FORMA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS: Sob regime de caixa, por meio da fórmula:

$$\text{Índice de Captação CEF e BID} = \frac{(\text{Recursos CEF} + \text{Recursos BID})}{\text{Investimentos em Obras e Imóveis com Cartas de Crédito}}$$



META: 20,00%

PMR: 17,21%

PESO: 20%

PAGAMENTO PROPORCIONAL:

RESULTADO OBTIDO	VALOR A SER PAGO
20,00%	20%
17,21%	0%
Entre 17,21% e 20,00%	Proporcional

Parágrafo Quarto – Quadro-Resumo

O Quadro-Resumo da página a seguir agrega os indicadores, metas e pesos contemplados no Programa:

[Handwritten signatures and marks]

[Handwritten signature] *[Handwritten mark]* *[Handwritten mark]* *[Handwritten mark]*

[Handwritten mark] *[Handwritten mark]*



INDICADOR	DESCRIÇÃO	META	PARÂMETRO MÍNIMO	PESO (%)	
1) Econômico-Financeiro				30	
<u>Despesa Operacional Investimento</u>	<u>Despesa Operacional Investimento</u>	10,75%	11,93%	30	
2) Qualidade dos Serviços				30	
Redução do Déficit (Entrega de Unidades)	Unidades entregues + Unidades adquiridas por meio de Carta de Crédito, calculadas como percentual do Déficit Habitacional do Estado, por Região Metropolitana			20	
	Regiões		UH's	UH's	
	RM São Paulo		4.490	3.544	7
	RM Baixada Santista		3.312	2.614	6
	RM Campinas		88	69	1
	Demais Municípios		17.110	13.504	6
	Total		25.000	19.731	20
Unidades Regularizadas	Unidades Regularizadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis	18.000	16.723	5	
Ações de Urbanização de Favelas em Projetos Prioritários	Deverão ser atingidas pelo menos 3 das 4 metas a seguir:			Não há	5
	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Domicílios Beneficiados (conclusão de obras)	305		
	Projeto Hortolândia	Domicílios Beneficiados (conclusão de obras)	540		
	Projeto Bertoga/Vicente de Carvalho	Domicílios Beneficiados (conclusão de obras)	622		
	Projeto Santo André	Domicílios a Serem Beneficiados (início de obras)	825		
3) Vinculados ao Planejamento Estratégico				40	
Controle Interno	Criação de unidade de controle interno na CDHU	Unidade de Controle Interno criada e em funcionamento	Não há	10	
Implantação de Pesquisa do Atendimento ao Público da CDHU	Implantação de Pesquisa de Satisfação quanto à qualidade do atendimento aos usuários/beneficiários da CDHU	Implantação da pesquisa nos 26 pontos de atendimento da CDHU, com os resultados apurados	Implantação da pesquisa em 13 pontos de atendimento da CDHU, com os resultados apurados	10	
Captação de Recursos	<u>Captação CEF+BI</u> investimentos em obras e cartas de crédito	20,00%	17,21%	20	
TOTAL				100	

Cláusula Oitava - Apuração e Divulgação dos Resultados

Será criada comissão interna para gestão do PPR, que terá, entre outras atribuições, as de apurar e divulgar mensalmente aos empregados da Companhia os resultados obtidos.

No mês de janeiro de 2012, a referida comissão fará a consolidação dos resultados finais de 2011, submetendo-os à unidade de controle interno, à Diretoria Plena e ao Conselho de Administração da CDHU.

Subseqüentemente, as respectivas manifestações e todo o material necessário serão encaminhados ao CODEC para apreciação e posterior submissão à CPS, responsável pela aprovação do pagamento do prêmio referente ao PPR.

Cláusula Nona - Possibilidade de Revisão do PPR

Eventuais decisões de Governo, da Secretaria da Habitação do Estado ou da Diretoria Plena da CDHU, assim como, eventos macroeconômicos ou de outra natureza, que evidenciem a impossibilidade de atingimento de uma ou mais metas previstas no Programa, poderão motivar a revisão das condições estabelecidas no PPR-CDHU 2011, sujeita à autorização prévia dos órgãos competentes.

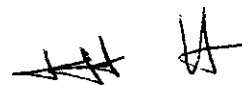
Parágrafo Primeiro - Na hipótese de ocorrer a revisão prevista no *caput* acima, as condições do presente acordo ficam automática e igualmente ajustadas.

São Paulo, 16 de agosto de 2011.


**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE
SÃO PAULO – CDHU**

Antonio Carlos do Amaral Filho
Diretor Presidente

Henrique Shiguemi Nakagaki
Diretor Administrativo-Financeiro



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS HABITACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINCOHAB**


Renato Roberto Ribeiro
Presidente


Gerson Primiani
Diretor

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEESP

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente


José Istenes E. Filho
Diretor

SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SAASP


Berthelina Alves Costa
Diretora


Vera Maria Leme Alvarenga
Diretora